

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Sessão Temática ST1: Gestão social e controle social de territórios

OS 10 ANOS DO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA NO ESTADO DO AMAZONAS

LOS 10 AÑOS DEL CURSO DE PEDAGOGÍA INTERCULTURAL INDÍGENA EN EL ESTADO DE AMAZONAS

THE 10 YEARS OF THE INDIGENOUS INTERCULTURAL PEDAGOGY COURSE IN THE STATE OF AMAZONAS

Fábio Gomes da Silva¹; Virginia Elisabeta Etges²; Livia Pacheco da Cruz³; Alana Hüttner Wolter⁴

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional na UNISC, bolsista CAPES

² Doutora em Geografia Humana pela USP, Professora titular do PPG em Desenvolvimento Regional da UNISC, Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq

³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional na UNISC, bolsista CAPES

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento Regional na UNISC, bolsista CAPES

Resumo: O propósito deste artigo é analisar a repercussão dos dez anos de formação de professores no curso de Pedagogia com Ênfase em Interculturalidade, oferecido em 52 municípios do estado do Amazonas pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Com foco no Município de Beruri, buscou-se dados em fontes primárias, por meio de entrevistas semiestruturadas com professores, estudantes e lideranças das comunidades, além de pesquisa bibliográfica e documental sobre a repercussão do curso. O texto aborda o território amazônico, com ênfase nos territórios indígenas, modo de vida, língua e cultura indígena, além do processo de implementação do curso e os principais resultados alcançados.

Palavras-chave: Interculturalidade. Territórios Indígenas. Pedagogia. Amazônia.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el impacto de diez años de formación docente en el curso de Pedagogía con énfasis en Interculturalidad, ofrecido en 52 municipios del estado de Amazonas por la Universidad do Estado do Amazonas - UEA. Con foco en el Municipio de Beruri, se buscaron datos de fuentes primarias, a través de entrevistas semiestructuradas con docentes, estudiantes y líderes comunitarios, además de investigaciones bibliográficas y documentales sobre el impacto del curso. El texto aborda el territorio amazónico, con énfasis en los territorios indígenas, forma de vida, lengua y cultura indígena, además del proceso de implementación del curso y los principales resultados alcanzados.

Palabras clave: Interculturalidad. Territorios Indígenas. Pedagogía. Amazonas.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the impact of ten years of teacher training in the Indigenous Intercultural Pedagogy Course, offered in 52 municipalities in the state of Amazonas by the Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Focusing on the Municipality of Beruri, data were sought from primary sources, through semi-structured interviews with teachers, students and community leaders, in addition to bibliographic and documentary research on the impact of the course. The text addresses the Amazon territory, with emphasis

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



on indigenous territories, indigenous way of life, language and culture, in addition to the course implementation process and the main results achieved.

Keywords: Interculturality. Indigenous Territories. Pedagogy. Amazon.

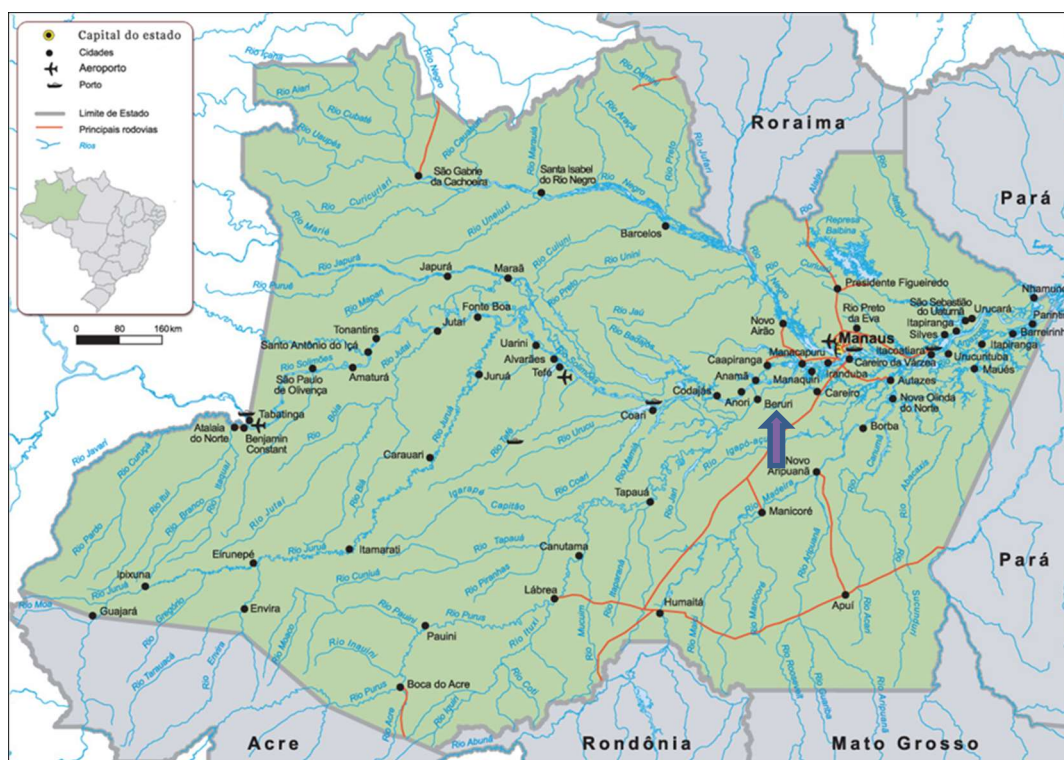
Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os dez anos de formação de professores no curso de Pedagogia com Ênfase em Interculturalidade, oferecido em 52 municípios do estado do Amazonas pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. O foco deste estudo é a formação de professores através do referido curso no município de Beruri-AM, localizado na margem direita do rio Purus.

Neste município encontram-se atualmente 11 etnias, com 25 vinte cinco comunidades das línguas: Apurinã, Mura, Tikuna, Jamamadi, Dessana, Tukano, Kubeo, Miranha, Kambeba, Tatuyo e Kokama.

Como mostra a Figura 1, Beruri é um município localizado no interior do Estado do Amazonas, Região Norte do país, pertencente à Região Geográfica Imediata de Coari e à Região Geográfica Intermediária de Manaus. Sua população é de 20.503 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2022).

Figura 1- Localização do município de Beruri-AM



Fonte: GUIAGEO Mapas do Brasil, 2022.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



O município de Beruri encontra-se ligado historicamente à Manacapuru, cujas origens remontam a 1786, quando esta cidade foi fundada numa preexistente aldeia de índios Muras. Em 1894, Manaus desmembrou-se e formou o município de Manacapuru, que recebeu sua autonomia no mesmo ano. No ano de 1938, o povoado de Beruri passa a ser considerado uma zona distrital de Manacapuru.

Em 1939, após perder grande parte de seu território para o município de Manaus, Manacapuru fica limitado apenas a dois distritos, além da sede do município: Caapiranga e Beruri. Em 1961, o distrito de Beruri é emancipado e passa a constituir município autônomo. Nove anos mais tarde, em 1970, através da Lei nº.1.012, volta a ser distrito de Manacapuru. Beruri voltou a ser município autônomo em 10 de dezembro de 1981, através da Emenda Constitucional nº 12, acrescentando em seu território áreas pertencentes à Borba e Manacapuru, de onde se emancipou. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BERURI, 2002)

Assim, neste artigo aborda-se a repercussão do Curso de Pedagogia com Ênfase em Interculturalidade realizado no Município de Beruri. Para tanto, buscou-se dados em fontes primárias, por meio de entrevistas semiestruturadas com professores, estudantes e lideranças das comunidades, além de pesquisa bibliográfica e documental. O texto está organizado em duas partes, além da introdução. Na segunda parte discute-se o território amazônico, com ênfase nos territórios indígenas, modo de vida, língua e cultura indígena. Na terceira parte aborda-se o Curso de Pedagogia Intercultural Indígena, sua implementação e os principais resultados alcançados, finalizando com as considerações finais.

O território amazônico

A Amazônia¹ é fundamental para a manutenção do equilíbrio climático mundial. Seu território representa mais da metade da floresta úmida tropical do planeta, sendo a maior floresta tropical do mundo. A região representa entre 4% e 6% da superfície total da Terra e entre 25% e 40% da superfície da América. A Amazônia possui aproximadamente 7,5 milhões de km², segundo o critério político-administrativo utilizado pelos países amazônicos, sendo que aproximadamente 68% do território total da floresta amazônica encontra-se em território brasileiro. (BOLETIM, 2020).

Historicamente, há neste território muitas preocupações em relação à educação ambiental, principalmente na Educação do Campo nas comunidades ribeirinhas e indígenas, uma vez que o índice de analfabetismo ainda é grande nesta região.

Para Saquet, a abordagem do território não se encerra em si, deve integrar-se ao processo de aprofundamento do movimento de compreensão do real:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades;

¹ A Amazônia compreende um conjunto de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, bem como a Floresta Amazônica; é considerada a região de maior biodiversidade do planeta e o maior bioma do Brasil. Não é exclusivamente brasileira, sendo, portanto, encontrada em outros países.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, e nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais. (SAQUET, 2010, p. 24).

Milton Santos (1999) afirma que o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado, ou seja, de um território em mudança, de um território em processo. Ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

A ciência política de modo geral ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social. Este aparece apenas como estatísticas, que são caixinhas que vamos abrindo à medida que precisamos produzir o discurso. Mas está excluído o conteúdo – o dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência. (SANTOS, 1999, p. 19)

Já Tizon (1995) destaca um sentido antropológico, onde território é o ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade. Numa abordagem mais próxima da sociologia do desenvolvimento, Abramovay (1998) afirma que um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Para Albagali (2004), sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento.

Portanto, compreender o território como território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico, em que aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais adquirem especial relevância. (SOUZA, 2005)



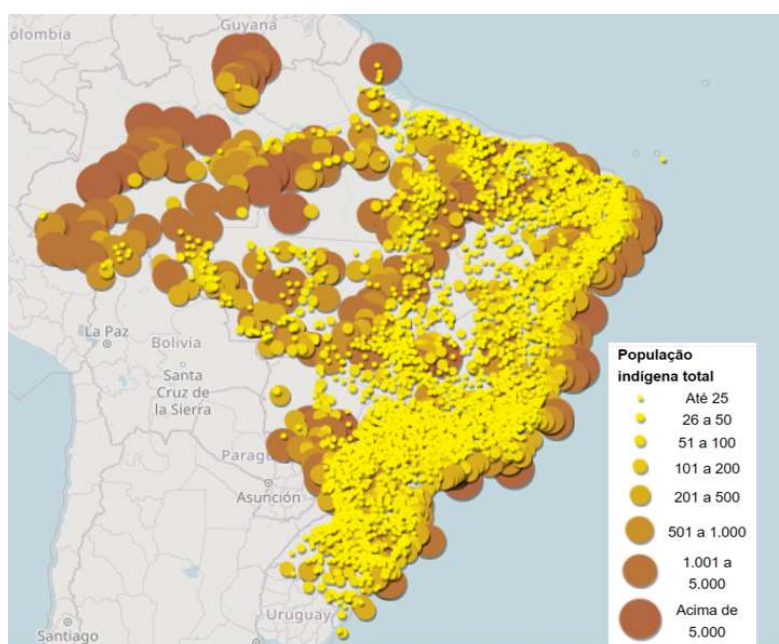
Territórios indígenas, modo de vida, língua e cultura indígena

No Brasil as Terras Indígenas (TIs), são reconhecidas na Constituição Federal de 1988 e também na legislação específica, chamada de Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). O artigo 231 da Constituição Federal define que as terras tradicionais podem ser “ocupadas pelos índios e as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

No artigo 20 da Constituição Federal está estabelecido que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

A população indígena é essencial para se compreender a história da região amazônica. Em 1999 era constituída por 936.500 índios de várias tribos, sendo que cerca de 250.000 deles viviam no Brasil. Amayo (1999) explica esse número pelo passado brasileiro de escravização dos índios e pela perseguição e os maus tratos a eles impostos pelos portugueses e bandeirantes, o que fez com que muitos deles seguissem cada vez mais para o leste da Amazônia, ou seja, para os países andinos, expandindo as fronteiras territoriais brasileiras.

Figura 2 - Distribuição da população indígena no território brasileiro - censo IBGE 2010



Fonte: IBGE, 2010.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Há uma diversidade cultural entre as etnias amazônicas e, ao mesmo tempo, muita similaridade entre costumes e comportamentos, na divisão do trabalho e no modo de vida baseado na caça, na pesca e na coleta, com destaque para a agricultura com a plantação de mandioca para a produção da farinha.

Os indígenas do município de Beruri não são diferentes. Destacamos o processo de manejo da pesca² do pirarucu, tambaqui, matrinxã, mapará, dentre outros peixes, que gera renda para as populações das aldeias.

O Curso de Pedagogia Intercultural Indígena

O curso de Pedagogia Intercultural Indígena foi ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA e atendeu 52 municípios, no período de 2009 a 2012, e tinha como objetivo licenciar educadores para exercício do magistério na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, bem como a qualificação para a gestão pedagógica em educação escolar e áreas afins, preferencialmente direcionada aos povos indígenas.

O curso foi ofertado na modalidade presencial modular, através do sistema IPTV³ e apresentava, em sua proposta, o perfil profissional dos formados, em que o egresso deveria estar apto a:

- a) Analisar criticamente a realidade amazônica, observando as interações políticas, sociais, ambientais e econômicas, numa visão holística, com vistas a identificar contradições, problemas e complexidades relativas à região amazônica;
- b) Executar ações teóricas, pedagógicas e tecnológicas, em resposta às problemáticas escolares, inerentes ao contexto atual regional, nacional e internacional;
- c) Assimilar os princípios da democracia participativa, com base nos princípios constitucionais e legais relativos à educação escolar e à diversidade étnica, cultural, social, de gênero, religiosa, política, econômica e à pluralidade de ideias e concepções;
- d) Problematizar as relações Educação/ Escola/ Sociedade com atenção às especificidades dessas relações em diferentes contextos históricos, filosóficos, sociais e culturais, de forma a estabelecer a compreensão e valorização do sujeito histórico no processo de construção da sociedade.

A implementação do curso e seus desafios

² Pesca controlada pelos indígenas com o objetivo de repovoar os lagos de peixes. Este processo permite a desova dos peixes, crescimento e posteriormente seu manejo controlado e contínuo.

³ Acrônimo de Internet Protocol Television é exatamente o que o nome sugere: a transmissão de um sinal de TV via protocolo IP. Ou seja, pela internet. Trata-se do mesmo serviço de transmissão de conteúdos televisivos.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Devido aos desafios geográficos do Amazonas, onde os rios são utilizados como estrada para o ir e vir da população, fez-se necessário desenvolver novas estratégias tecnológicas para que os municípios mais distantes da capital também pudessem acessar o Curso. Neste aspecto o sistema IPTV foi muito importante para minimizar a distância entre a Universidade e os professores dos municípios atendidos. Cada município contava com um professor mediador, que orientava as atividades e, em caso de imprevistos, como falta de energia e internet, dava continuidade nas disciplinas que o programa estava desenvolvendo.

Ao longo do processo de formação dos professores, o curso passou por algumas alterações de nome. Iniciou-se com nome Pedagogia Indígena que era objetivo do curso, ou seja, a formação dos professores indígenas. Devido as dificuldades encontradas pelos professores indígenas, ao deixar suas aldeias e se deslocarem para uma das 52 cidades, onde o curso era ofertado e, ao mesmo tempo, a dificuldade de não ter acesso a informações (acesso à internet) para realizar vestibular para ingresso no curso, muitos professores indígenas ficaram de fora da formação.

Faz-se necessário ressaltar, que o edital de então permitia a participação dos professores não indígenas. Para um formado pelo curso no município de Beruri, a quantidade de professores não indígenas foi superior à de indígenas. Logo, o nome do curso para atender a essa demanda mudou para Pedagogia Intercultural Indígena e, posteriormente, foi denominado ‘Pedagogia com ênfase em Interculturalidade’.

Resultados alcançadas pelo curso

Os desafios da implementação do Curso em Beruri foram grandes, de acordo com uma das professoras formadas. A falta de estrutura física da Universidade na cidade para atender os estudantes foi um desses desafios. A turma iniciou e finalizou o curso em escola cedida pela prefeitura do município, através de parceria, e a falta de espaços próprios, para professora, foi um dos desafios para o desenvolvimento do curso.

O objetivo do curso oferecido pela Universidade era contribuir na formação dos professores indígenas. Atualmente, são 11 etnias, com 25 comunidades das línguas Apurinã, Mura, Tikuna, Jamamadi, Dessana, Tukano, Kubeo, Miranha, Kambeba, Tatuyo e Kokama. O curso ofereceu 40 vagas sendo que, curiosamente, apenas três participantes eram professores indígenas.

A atual Coordenadora Municipal de Educação lamenta que o programa não atendeu seus professores. Dados que preocupam, uma vez que aproximadamente 10% têm curso superior e aproximadamente 70% dos docentes são formados pelo projeto Pira-Yawara, uma formação específica para trabalhar na educação indígena. Para ela a formação de Pedagogia ofertada pela Universidade deveria estar atendendo prioritariamente os professores indígenas.

Com relação ao Ensino Fundamental, os três professores indígenas que finalizaram o curso ofertado pela UEA atualmente fazem parte do quadro da coordenação de educação no município. As 25 comunidades indígenas contam com 70 professores que atuam nessas áreas. Nenhum desses faz parte da rede como concursado. O último concurso no município de Beruri foi em 2004 e não tinha nenhuma vaga específica para professores indígenas.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Neste sentido, o curso de formação ofertado pela UEA não atingiu os objetivos propostos. Por algumas circunstâncias e diversas dificuldades, o processo de formação e compartilhamento de conhecimento não alcançou os estudantes indígenas. Logo, a educação pública que é um direito de todos, não atingiu o principal público alvo do curso, as comunidades indígenas, e ficou distante da educação de qualidade, que é garantir a preservação dos costumes e culturas indígenas.

De acordo com Cohn (2001), os estudantes indígenas são discriminados e até tidos como inferiores, mas o que os torna diferentes dos outros estudantes, pobres, negros, brancos da região são seus sistemas de valores e de pensamento, seus conhecimentos, sua visão de mundo, suas redes de parentesco e relacionamento e, não esqueçamos, são portadores de identidades diferenciadas, hoje apoiadas em direitos coletivos.

No tocante ao Ensino Médio, a proposta da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC, através do edital de Nº 02, é oferecer nas comunidades indígenas Aldeia Santa Rita e Nova Jerusalém vagas para professores, inclusive para o ensino médio presencial, como mostra o quadro 1.

Quadro1: Vagas ofertadas no Ensino Médio no Município de Beruri

Beruri	Ciências Humanas			Ciências da Natureza	Ciências da Natureza			Linguagens			Matemática
	Geografia e contextos locais	História e historiografia indígena	Sociologia e estudos específicos	Ciências e saberes indígenas	Biologia e conhecimentos tradicionais	física e conhecimentos tradicionais	Química e conhecimentos tradicionais	Língua indígena	Língua portuguesa e conhecimentos tradicionais	Língua estrangeira	Matemática e conhecimentos tradicionais
Aldeia Santa Rita		1							1		1
Nova Jerusalém/Parana do Cacaú		1							1		1

Fonte: Edital Nº02 -2022 processo seletivo simplificado-PSS/SEDUC-AM/área indígena

Destaca-se, que é a primeira vez que a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas oferta vagas para professores no Ensino Médio nessas comunidades indígenas. De acordo com o quadro de vagas apresentado no Quadro 1, algumas áreas ficaram sem professores nas disciplinas específicas, o que limitará o aprendizado desses estudantes indígenas do ensino médio. A proposta da secretaria de educação do Estado é iniciar as aulas em julho de 2022. A Tabela 1 demonstra a quantidade de estudantes matriculados nas duas comunidades indígenas, onde serão ofertadas as aulas presenciais do Ensino Médio no município de Beruri.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Tabela 1: Estudantes indígenas matriculados no Ensino Médio em Beruri

Comunidades	Etnias	Estudantes matriculados
Aldeia Santa Rita	Apurinã	23
Nova Jerusalém/Parana do Cacau	Mura	16

Fonte: Os autores, 2022

Sobre as opções dos estudantes, nos anos anteriores, dessas e de outras comunidades indígenas, de realizar o ensino médio, a Secretaria de Educação do Estado oferta o Ensino Presencial com Mediação Tecnológica⁴ em algumas comunidades ribeirinhas. Uma outra opção para os estudantes é deslocar-se à sede do município. No entanto, devido a distância, muitos teriam que morar na cidade, contexto em que a autoidentificação geraria discriminação e até mesmo a perda da sua identidade étnico-cultural de seus parentes⁵.

“Já temos dificuldades, pois alguns estudantes indígenas não valorizam mais sua cultura e nem tem muito interesse em aprender a língua Apurinã”. (Depoimento do professor da língua materna Apurinã Gonzaga da Silva Brasil - KOEREKARERÍ PASAPAKÍ).

Neste depoimento, fica uma preocupação de uma possível perda cultural, onde os estudantes indígenas são os principais protagonistas da manutenção cultural.

“É muito difícil sair de nossa aldeia e vim estudar em Beruri. Aqui não conhecemos ninguém e as pessoas olha pra nós diferente”. (Depoimento do aluno Apurinã PIPIARÍ).

A língua Apurinã, segundo Facundes (2000), pertence à família Maipure, ou Aruák. Entre o povo Apurinã existe um número reduzido de falantes fluentes dessa língua, com diferentes graus de competências, em que o domínio da escrita que se encontra em fase de formação.

⁴ Nas comunidades rurais atendidas, cada uma das salas de aula está equipada com um kit tecnológico composto por Antena VSAT bidirecional, roteador-receptor de satélite, cabeamento estruturado (LAN), microcomputador, webcam com microfone embutido, TV LCD 37 polegadas, impressora a laser e no break.

⁵ O termo parente não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. (LUCIANO, 2006, p 31).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



A permanência dos estudantes na comunidade é fundamental, para garantia e manutenção dos direitos dos povos indígenas, seus costumes, sua língua materna, crenças, tradições e convivência social com seu povo, o que reforça a importância da oferta de Ensino Fundamental e Médio ministrado por professores com formação adequada, que saibam valorizar as tradições, o modo de vida e a língua materna dos povos indígenas.

Considerações Finais

Apesar do esforço da Universidade do Estado do Amazonas -UEA, em tentar contribuir com a educação indígena, esta não alcançou seu propósito principal. É natural que a luta das comunidades indígenas continue para que tenham educação pública de qualidade. Os esforços das lideranças, sejam caciques, professores e lideranças comunitárias certamente vai continuar. Cada dia representa uma batalha para garantir a manutenção de sua cultura.

Sobre o objetivo do curso Pedagogia com Ênfase em Interculturalidade no município de Beruri, evidenciou-se que o mesmo não atendeu as expectativas das comunidades indígenas. Mas vale ressaltar, que em outros municípios do Amazonas vários professores formados pelo curso estão atuando nas comunidades indígenas. No momento a UEA está desenvolvendo parceria com o município para iniciar uma nova turma e formar novos professores.

O curso Pedagogia com Ênfase em Interculturalidade atende diretamente o ensino do currículo da educação indígena. Cabe aos gestores municipais realizar parcerias com a UEA para formações específicas de professores para atender suas comunidades e a manutenção de suas culturas locais, nas diversas etnias espalhadas nos rios, lagos e igarapés do extenso território do Estado do Amazonas.

Referências

ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: IPEA, 1998. 25p.

AMAYO, Z. Enrique. Por qué estudiar la formación histórica y la problemática actual de la Amazonia? **Espiral: Estudios sobre Estado y Sociedad**. Universidad de Guadalajara. May/Ago. de 1999, volumen V. p. 73-105.

BOLETIM OTCA. Brasília: OTCA, nº 1, jun/ago, 2020.

COHN, C. Culturas em Transformação: os Índios e a Civilização. **São Paulo em Perspectiva**, 15(2), 36-42, 2001.



III SLAEDR
 SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



APOIO:



FACUNDES, Sidney da Silva. **The Language of the Apurinã People of Brazil (maipure/arawak)**. Dissertation (Unpublished Ph.D) – University of New York at Buffalo. 2000.

GUIAGEO **Mapas do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.guiageo.com/amazonas.htm>
 Acesso em: 27 ago. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição da população indígena no território brasileiro**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html>
 Acesso em: 17 jun. 2022.

LUCIANO. G. S. O Que Você Precisa Saber Sobre os Povos Indígenas No Brasil de Hoje. Coleção: **Educação para todos**. Edições: MEC – Unesco - Brasília, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERURI, 2022. Disponível em: <https://pmberuri.am.gov.br/historia> Acesso em: 20 jul.2022.

Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil**. 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena**. 2019.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

SOUZA, Maria Adélia A. Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In: SANTOS, Milton. O Retorno do Território. **OSAL - Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. **Les territoires du quotidien**. Paris: L'harmattan, 1995. p. 17-34.